



Agosto/2010

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

IV Concurso Público de Provas e Títulos ao ingresso na carreira de **Defensor Público**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA - OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 88 questões, numeradas de 1 a 88.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Está fora das técnicas diferenciadas de decisão em sede de controle de constitucionalidade:
- (A) a declaração de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo e a sua nulidade com efeitos *ex tunc*.
 - (B) interpretação conforme e declaração de nulidade parcial sem redução de texto.
 - (C) suspensão parcial da eficácia da norma sem redução de texto.
 - (D) a mitigação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, bem como a manipulação dos efeitos da decisão no tempo.
 - (E) a declaração de inconstitucionalidade, reconhecendo-se situação de fato que não pode ser desconstituída em virtude do princípio da segurança jurídica e de interesse público de excepcional relevo.
2. Unidade da federação edita lei vedando o cultivo, a manipulação, a importação, a industrialização e a comercialização de organismos geneticamente modificados em seu território. Perante a divisão constitucional de competências, referida lei é
- (A) constitucional, pois os Estados podem legislar privativamente sobre produção e consumo e proteção e defesa da saúde.
 - (B) inconstitucional, pois fere a competência privativa da União para disciplinar a comercialização, importação e exportação.
 - (C) inconstitucional, pois na competência concorrente para legislar sobre proteção ao meio ambiente os Estados não estão autorizados a exercer a competência plena.
 - (D) constitucional, pois os Estados no uso de sua competência residual podem afastar a aplicação das normas federais de caráter geral.
 - (E) inconstitucional, pois invadiu esfera de competência dos municípios sobre interesse local.
3. A "Constituição Dirigente" determina tarefas, estabelece metas e programas e define fins para o Estado e para a sociedade. Nesse modelo,
- (A) são insindicaíveis as políticas públicas no que se refere aos meios necessários para atingi-las, pois é nesse aspecto que reside a discricionariedade do Governante.
 - (B) não se aplica o controle de constitucionalidade das políticas governamentais, pois o Poder Judiciário não tem legitimidade, nem atribuição sem que se viole a separação de poderes.
 - (C) não cabe controle de constitucionalidade de "questões políticas" desde a Constituição de 1934 que expressamente vedava ao Judiciário conhecer de questões exclusivamente políticas.
 - (D) é cabível juízo de constitucionalidade de políticas públicas que podem ser consideradas incompatíveis com os objetivos constitucionais que vinculam a ação do Estado.
 - (E) não é suscetível de controle de constitucionalidade as normas de caráter programático que integram o núcleo político da Constituição, mas não o normativo.
4. Em uma cidade, diversas mães têm comparecido no atendimento inicial da Defensoria Pública para se queixarem de que não têm conseguido vaga em creche municipal para seus filhos. O Defensor Público deve
- (A) orientar as mães a procurarem o serviço de assistência social do Município e elaborar os respectivos ofícios de encaminhamento.
 - (B) informar que é possível a propositura de ação civil pública, pois se trata de direito social de natureza difusa, e encaminhar as mães para o Ministério Público.
 - (C) informar que se trata de direito constitucional de natureza social, mas que infelizmente há normas na Constituição chamadas de programáticas, bem como entendimento jurídico chamado de "reserva do possível", que não recomendam o ajuizamento de ação nesse caso.
 - (D) orientar as mães a se organizarem e a denunciarem o fato na Ouvidoria Municipal, bem como marcar audiência com o Prefeito e procurar ajuda junto aos Vereadores a fim de que possam interferir na formulação do orçamento municipal.
 - (E) ajuizar ação judicial com base no direito à educação que compreende o atendimento em creche e pré-escola, pois a "reserva do possível" não pode ser oponível à realização do "mínimo existencial".
5. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 7 de 2005 vedando a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário. Considerando suas atribuições, o CNJ
- (A) extrapolou sua competência, violando o princípio da legalidade, já que para regular tal matéria seria necessário a edição de lei específica ou de emenda à Constituição.
 - (B) invadiu competência estadual já que a matéria deveria ser tratada pelas unidades federadas que são as competentes para organizar seus serviços judiciários.
 - (C) exerceu competência, prevista na Constituição Federal (art. 103-B, § 4º, II), de fiscalizar a observância dos princípios constitucionais inerentes à Administração Pública, como o da moralidade e impessoalidade.
 - (D) não atentou para a liberdade de nomeação e exoneração dos cargos comissionados atingindo o direito adquirido dos ocupantes dos cargos, portanto a inconstitucionalidade da Resolução não é de forma.
 - (E) exerceu sua competência inclusive quanto aos cartórios notariais e de registro, fiscalizados pelo Poder Judiciário, aos quais a Resolução também se aplica.



6. Após grave crise energética, o Governo aprova lei que disciplina o racionamento de energia elétrica, estabelecendo metas de consumo e sanções pelo descumprimento, que podem culminar, inclusive, na suspensão do fornecimento. Questionado judicialmente, se vê o Supremo Tribunal Federal – STF com a missão de resolver a questão, tendo, de um lado, a possibilidade de interrupções no suprimento de energia elétrica, se não houver economia, e, de outro, as restrições a serviço público de primeira necessidade, restrição que atinge a igualdade, porque baseada em dados de consumo pretérito, bem como limitações à livre iniciativa, ao direito ao trabalho, à vida digna etc. O controle judicial neste caso envolve
- (A) a apreciação de colisão de direitos fundamentais, que, em sua maior parte, assumem a estrutura normativa de “regras”, o que implica anulação de uns em detrimento de outros.
- (B) a aplicação da regra da proporcionalidade, que, segundo a jurisprudência constitucional alemã, tem estrutura racionalmente definida – análise da adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito.
- (C) a utilização do princípio da razoabilidade, já consagrado no Brasil, e que determina tratar os direitos colidentes como “mandamentos de otimização”.
- (D) a eliminação da falsa dicotomia entre direitos constitucionais, já que a melhor solução é a que os harmoniza, sem retirar eficácia e aplicabilidade de nenhum deles.
- (E) juízo de constitucionalidade clássico, pois nem emenda à Constituição pode tender a abolir direitos fundamentais.
7. Travesti, registrado como João da Silva e prestes a ser empossado em cargo público de professor da rede estadual de ensino, procura a Defensoria Pública e relata estar preocupado com possível reprovação em perícia médica admissional no Departamento de Perícias Médicas do Estado. Também gostaria que, nos atos de nomeação e posse, constasse o prenome pelo qual se identifica e se reconhece, correspondente à sua identidade de gênero: “Alice”. No atendimento inicial o(a) Defensor(a) Público(a) deve
- (A) explicar que a situação é muito delicada, pois o concurso para o qual obteve aprovação envolve a formação de crianças e jovens, logo, dificilmente haverá o que fazer, caso seja reprovado na perícia médica.
- (B) sugerir que, no dia do exame médico, procure se vestir, falar e se comportar da forma mais discreta possível, como se tivesse identidade masculina, de preferência, heterossexual, e que não insista em se demonstrar travesti, pois o mais importante é conseguir a aprovação na perícia.
- (C) ponderar que, como passou em concurso público para professor, com certeza haverá dificuldades, já que crianças e jovens estariam expostos a uma situação que foge da normalidade. Assim a melhor saída seria esconder sua condição até a posse e posteriormente pleitear um posto na área de administração escolar.
- (D) esclarecer que, se for reprovado na perícia por ser travesti, o caso é de discriminação contra sua identidade de gênero, vedada pela Constituição Federal, cabendo medida judicial. Quanto ao uso do prenome, informar que há Decreto Estadual com essa garantia, bastando requerer a sua aplicação.
- (E) explicar que, pelo princípio da legalidade estrita, a Administração Pública só pode fazer o que a lei determina, diferentemente do particular, e o que ele almeja não tem previsão legal. Caso seja reprovado na perícia médica devido à sua condição de travesti, deve procurar o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública.
8. Utilizando-se a classificação de José Afonso da Silva no tocante a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, a norma constitucional inserida no artigo 5º, XII: “é inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”, pode ser classificada como norma
- (A) de eficácia plena, isto é, de aplicabilidade direta, imediata e integral, não havendo necessidade de lei infraconstitucional para resguardar o sigilo das comunicações.
- (B) de eficácia limitada, isto é, de aplicabilidade indireta, mediata e não integral, ou seja, o sigilo somente poderá ser garantido após a integração legislativa infraconstitucional.
- (C) de eficácia contida, isto é, de aplicabilidade direta, imediata, porém não integral, ou seja, a lei infraconstitucional poderá restringir sua eficácia em determinadas hipóteses.
- (D) com eficácia relativa restringível, isto é, o sigilo pode ser limitado em hipóteses previstas em regramento infraconstitucional.
- (E) de eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa, isto é, depende de lei complementar ou ordinária para se garantir o sigilo das comunicações.
- Direito Administrativo e Direito Tributário**
9. De acordo com a Súmula Vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal, no processo administrativo disciplinar
- (A) o acusado deve ser defendido por advogado regularmente constituído, caso não possua capacidade postulatória.
- (B) a demissão imposta a bem do serviço público deve ser submetida a prévio controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- (C) a falta de defesa técnica por advogado não ofende a Constituição Federal.
- (D) a presença de advogado em todas as fases de processo administrativo disciplinar é obrigatória.
- (E) a ausência de defesa por advogado acarreta a nulidade absoluta, se não for sanada antes da fase de julgamento.
10. A restrição de acesso a local de repartição pública, onde se realiza atendimento ao público, de determinada pessoa que rotineiramente ali comparece, causando tumultos aos trabalhos desenvolvidos, é
- (A) admissível, com base no poder de polícia exercido em prol da coletividade.
- (B) arbitrária, uma vez que coíbe direito individual constitucional de liberdade de locomoção.
- (C) legal, por força do poder regulamentar conferido à Administração Pública.
- (D) irregular, pois extrapola o uso do poder normativo da Administração Pública.
- (E) normal, se o servidor responsável pelo serviço público possuir autonomia funcional.



11. O convênio administrativo, como instrumento de associação do Poder Público com entidades privadas ou mesmo entre entidades públicas, tem como característica própria
- (A) a realização conjunta de atividades comuns, ainda que seus partícipes tenham interesses opostos ou desejem coisas diferentes.
 - (B) a ausência de vínculo ou cláusula de permanência obrigatória entre os convenientes, podendo ser denunciado antes do término do prazo de vigência.
 - (C) a obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório, uma vez que do ajuste resultarão obrigações recíprocas de natureza contratual.
 - (D) o fato de que os entes conveniados, por terem objetivos institucionais diversos, visam à concretização de propósitos que lhes sejam favoráveis.
 - (E) a prefixação do preço ou remuneração pela colaboração prestada, sendo vedadas quaisquer formas de repasse de recursos materiais ou humanos.
12. O ato da Administração Pública declarando como de utilidade pública ou de interesse social a desapropriação de determinado imóvel NÃO tem como efeito
- (A) iniciar a contagem do prazo legal para a verificação da caducidade do ato.
 - (B) permitir às autoridades competentes adentrar no prédio objeto da declaração.
 - (C) demonstrar o posterior interesse na transferência da propriedade do imóvel.
 - (D) indicar o estado em que se encontra o imóvel, para fins de futura indenização.
 - (E) proibir a obtenção de licença para o proprietário efetuar obras no imóvel.
13. A capacidade da Administração Pública de poder sanar os seus atos irregulares ou de reexaminá-los à luz da conveniência e oportunidade, reconhecida nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, está em consonância direta com o princípio da
- (A) indisponibilidade do interesse público.
 - (B) segurança jurídica.
 - (C) autotutela.
 - (D) moralidade.
 - (E) autoexecutoriedade.
14. A formalização da concessão de serviço público, disciplinada em sua forma comum pela Lei nº 8.987/95, dar-se-á por contratação
- (A) com licitação dispensável, devido à prestação ser por conta e risco do concessionário.
 - (B) em condições legais excepcionais, sem exigência de modalidade licitatória específica.
 - (C) com licitação dispensada, se demonstrada a melhor capacidade do concessionário.
 - (D) direta e sem prazo determinado, em decorrência de ser inexigível a licitação.
 - (E) com licitação prévia e obrigatória, na modalidade de concorrência.
15. Recém-nascido recebe como herança a propriedade de um bem imóvel, localizado em zona urbana e residencial. Diante desse fato, considerando-se o disposto no artigo 126, inciso I do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) a incapacidade civil do menor elide a sujeição tributária passiva, pois esta depende de prévia análise objetiva do fato imponible.
 - (B) a sujeição passiva tributária recai sobre o representante legal do menor, pois ele é insuscetível de capacidade tributária.
 - (C) o tributo é indevido por força da aplicação da cláusula *pecunia non olet*, decorrente do princípio da interpretação subjetiva do fato gerador.
 - (D) a relação pessoal e direta com o fato gerador é irrelevante para fins tributários, porém não abrange a pessoa natural absolutamente incapaz.
 - (E) o menor é o contribuinte dos tributos relativos ao bem, pois a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil da pessoa natural.
16. Nos termos do artigo 148, inciso I da Constituição Federal, a União poderá, mediante lei complementar, instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, sem sujeição ao princípio da anterioridade tributária, anual e nonagesimal, em situação de
- (A) iminência de guerra externa.
 - (B) investimento público de caráter urgente.
 - (C) relevante interesse nacional.
 - (D) ameaça de calamidade pública.
 - (E) temor de perturbação da ordem interna.
- Direito Penal**
17. Nos delitos do Código de Trânsito Brasileiro, a penalidade de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação para conduzir veículo automotor
- (A) tem prazo mínimo de um mês.
 - (B) é cumprida concomitantemente à pena de prisão.
 - (C) é imposta apenas para o delito de embriaguez ao volante.
 - (D) é imposta obrigatoriamente para o reincidente específico.
 - (E) tem a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída.
18. "A" foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 12, § 2º, inciso I, da Lei nº 6.368/76 (antiga Lei de Drogas), pois teria dolosamente auxiliado um colega a usar entorpecente, dando-lhe carona para que ele adquirisse droga para uso próprio. Anulado o processo a partir do recebimento da denúncia, por inobservância do rito processual próprio, com o advento da Lei nº 11.343/06 (nova Lei de Drogas), do ponto de vista penal, quanto à conduta de "A", ocorreu
- (A) *Reformatio in mellius*.
 - (B) *Novatio legis in pejus*.
 - (C) *Abolitio criminis*.
 - (D) *Novatio legis in mellius*.
 - (E) *Reformatio in pejus*.
19. Nos denominados "crimes de bagatela", ocorre
- (A) causa obrigatória de diminuição de pena.
 - (B) exclusão da antijuridicidade material.
 - (C) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.
 - (D) inexigibilidade de conduta diversa.
 - (E) estado de necessidade.



<p>20. A absorção do crime-meio pelo crime-fim configura aplicação do princípio da</p> <p>(A) consunção. (B) especialidade. (C) subsidiariedade. (D) sucessividade. (E) alternatividade.</p>	<p>24. O postulado da fragmentariedade em matéria penal relativiza</p> <p>(A) a função de proteção dos bens jurídicos atribuída à lei penal. (B) o caráter estritamente pessoal que decorre da norma penal. (C) a proporcionalidade entre o fato praticado e a consequência jurídica. (D) a dignidade humana como limite material à atividade punitiva do Estado. (E) o concurso entre causas de aumento e diminuição de penas.</p>
<p>21. Analise as assertivas abaixo:</p> <p>I. A prática de atos libidinosos sem o consentimento da vítima de quinze anos de idade configura estupro qualificado.</p> <p>II. Após a Lei nº 12.015/09, a regra geral para as ações penais em crimes contra a liberdade sexual passou a ser a de ação pública incondicionada.</p> <p>III. A prática de conjunção carnal com menor de quatorze anos em situação de exploração sexual configura crime de favorecimento à prostituição de vulnerável.</p> <p>IV. Para a tipificação do crime de lenocínio, exige-se que a conduta seja dirigida a pessoa determinada.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) II. (B) III. (C) IV. (D) I e IV. (E) II e III.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>25. Quando a denúncia do Ministério Público imputar a prática de delitos praticados, em tese, em continuidade delitiva, a suspensão condicional do processo</p> <p>(A) não será admissível. (B) será admissível quando a soma da pena mínima de qualquer das infrações imputadas e do aumento de 1/6 não superar 1 (um) ano. (C) será admissível quando a soma da pena mínima da infração mais grave imputada e do aumento de 1/6 não superar 1 (um) ano. (D) será admissível quando a pena para cada um dos crimes não superar 1 (um) ano, computando-as isoladamente. (E) somente será admissível se a soma das penas mínimas de todas as infrações imputadas não superar 1 (um) ano.</p>
<p>22. Cônjuges primários e de bons antecedentes praticam lesões corporais leves recíprocas durante uma briga. Sobre a persecução penal,</p> <p>(A) ambos terão direito à transação penal. (B) ambos obterão a extinção da punibilidade caso não haja representação do cônjuge. (C) a pena privativa de liberdade eventualmente imposta para o marido poderá ser substituída por fornecimento de "cesta básica" ou outra de prestação pecuniária. (D) ambos terão direito apenas à suspensão condicional do processo. (E) a pena privativa de liberdade eventualmente imposta para a esposa não será a de lesões corporais leves qualificadas pela violência doméstica.</p>	<p>Atenção: Para responder às questões de números 26 a 30 assinale a alternativa correta em relação ao assunto indicado.</p>
<p>23. "B", condenado pelo crime de tráfico de entorpecentes à pena de um ano e oito meses de reclusão em regime fechado, foge do estabelecimento penal, praticando, assim, falta grave. Sobre o lapso da prescrição dos efeitos da falta grave nesse caso, é correto afirmar que</p> <p>(A) ocorrerá após dois anos da fuga, por expressa disposição legal sobre a matéria na Lei de Execução Penal. (B) é contado a partir da fuga e ocorrerá em quatro anos devido à prescrição do delito praticado (artigo 109, inciso V, do CP). (C) não flui prazo, por falta de previsão legal de prazo prescricional na Lei de Execução Penal, podendo ser apurada a qualquer tempo pelo juiz. (D) ocorrerá em quatro anos em face da prescrição do delito praticado (artigo 109, inciso V, do CP), prazo a ser contado a partir da recaptura do sentenciado. (E) é contado a partir da recaptura e ocorrerá em dois anos porque, segundo entendimento jurisprudencial, se regula pelo menor prazo previsto no artigo 109 do CP.</p>	<p>26. Decretação da prisão preventiva.</p> <p>(A) A gravidade em abstrato do delito capitulado na denúncia, quando significativa, é fundamento que pode ser suficiente para fundamentar a prisão preventiva. (B) No acórdão confirmatório da condenação, é desnecessária a fundamentação acerca dos requisitos de cautelaridade da prisão preventiva porque os recursos especial e extraordinário não possuem efeito suspensivo por força de lei. (C) A primariedade e os bons antecedentes do acusado são elementos que impedem a decretação da prisão preventiva porque demonstram a baixa periculosidade do réu e afastam o risco à ordem pública. (D) A credibilidade da justiça afetada pela demora na solução das causas penais não pode ser elemento de fundamentação para a prisão preventiva decretada para a garantia da ordem pública. (E) No procedimento do júri, tendo o acusado respondido preso ao sumário da culpa, a manutenção de sua prisão provisória, quando o magistrado decide levar o réu a julgamento popular, é medida que não exige nova fundamentação.</p>



<p>27. Competência no processo penal.</p> <p>(A) A competência do tribunal do júri atrai os processos conexos e prevalece inclusive sobre o foro por prerrogativa de função.</p> <p>(B) Quando transitada em julgado a sentença penal condenatória, após recurso julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, a aplicação da lei penal nova mais benéfica ao condenado deverá se dar em revisão criminal, de competência do Grupo de Câmaras do Tribunal.</p> <p>(C) Não se consumando o delito, a competência será determinada pelo lugar em que foi praticado o seu primeiro ato de execução.</p> <p>(D) Na Lei Maria da Penha, compete ao Colégio Recursal o julgamento do recurso contra as decisões adotadas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.</p> <p>(E) Na sessão plenária do procedimento do júri popular, quando desclassificado o delito pelo conselho de sentença para outro de competência do juiz singular, é o próprio juiz presidente do tribunal do júri aquele que deverá proferir a sentença.</p>	<p>30. Disciplina da prova no processo penal.</p> <p>(A) Considerando a repartição do ônus da prova, para que se alcance uma absolvição, à defesa incumbe a prova da alegação de ter agido o réu em situação que exclua a ilicitude da conduta.</p> <p>(B) Desistindo o Ministério Público das testemunhas arroladas porque estas não foram localizadas na fase judicial, o magistrado poderá condenar o acusado com base nos depoimentos de inquérito porque a prova colhida na investigação se tornou irrepetível.</p> <p>(C) O juiz que recebeu a denúncia com base em prova posteriormente declarada ilícita não pode ser o mesmo a prolatar a sentença, sob pena de nulidade.</p> <p>(D) A reforma parcial do código de processo penal permitiu que a prova ilícita por derivação seja considerada válida para a condenação quando obtida através de fonte independente ou quando, por raciocínio hipotético, sua descoberta teria sido inevitável.</p> <p>(E) No processo penal, é inadmissível uma condenação quando a prova da autoria é feita exclusivamente por indícios.</p>
<p>28. Recursos no processo penal.</p> <p>(A) Contra a decisão do magistrado que rejeita a denúncia ou a queixa é cabível recurso em sentido estrito pelo Ministério Público ou pelo querelante, constituindo nulidade a falta de intimação pessoal do denunciado.</p> <p>(B) Em função do princípio da presunção de inocência, o recurso da sentença condenatória impede a concessão de progressão de regime segundo a quantidade de pena provisoriamente aplicada.</p> <p>(C) O duplo grau de jurisdição não consiste em direito fundamental por falta de previsão expressa do direito de recorrer do acusado na Constituição Federal.</p> <p>(D) A manifestação do acusado no sentido de não desejar recorrer da condenação impede que a defesa técnica interponha e arrazoe a apelação em razão do princípio da prevalência da autodefesa no processo penal.</p> <p>(E) No procedimento do tribunal do júri, por ser a apelação recurso de fundamentação vinculada, o Tribunal não pode declarar a nulidade da sentença condenatória quando o recurso atacar exclusivamente a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.</p>	<p>31. Analise as afirmações abaixo acerca das decisões que encerram a primeira fase do procedimento do tribunal do júri.</p> <p>I. Na fundamentação da decisão de pronúncia, o juiz deve indicar as razões de sua certeza em relação à materialidade e à autoria delitivas.</p> <p>II. Havendo decisão de impronúncia, o réu poderá ser novamente denunciado se surgirem novas provas, mesmo não cabendo mais recurso às partes, desde que não tenha ocorrido a extinção da punibilidade.</p> <p>III. O juiz togado deve absolver o acusado quando houver prova de que ele não foi o autor do delito.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>29. Ações de impugnação no processo penal.</p> <p>(A) Em sede de revisão criminal, o Tribunal não pode absolver o condenado por crime doloso contra a vida sem a necessidade de realização de novo júri popular.</p> <p>(B) Não é cabível <i>habeas corpus</i> para se atacar nulidade da sentença penal que condenou o acusado à pena substituída por restritiva de direitos.</p> <p>(C) Não cabe revisão criminal em face de sentença absolutória imprópria.</p> <p>(D) Contra o acórdão que, por maioria de votos, julga improcedente a revisão criminal podem ser opostos embargos infringentes.</p> <p>(E) No mandado de segurança em matéria penal, impetrado pelo Ministério Público contra ato judicial, o acusado integrará o pólo passivo da ação na qualidade de litisconsorte.</p>	<p>32. Na execução da pena privativa de liberdade, o exame criminológico é</p> <p>(A) requisito obrigatório para a concessão da progressão de regime ou do livramento condicional.</p> <p>(B) requisito facultativo, mediante decisão fundamentada do magistrado, quando a gravidade do crime praticado o exigir.</p> <p>(C) requisito facultativo para a concessão de benefícios, quando necessário, mediante decisão fundamentada do magistrado, consideradas as peculiaridades do caso.</p> <p>(D) requisito obrigatório para a concessão de benefícios em relação aos condenados pela prática de crime hediondo.</p> <p>(E) vedado na lei de execução penal, a partir da edição da Lei nº 10.792/2003.</p>

**Direito Civil e Direito Comercial**

33. Pela perda ou pela deterioração da coisa
- I. o possuidor de boa-fé responde se tiver dado causa;
 - II. o possuidor de má-fé responde se tiver dado causa e se ocorreram acidentalmente;
 - III. quando acidentais, o possuidor de má-fé não responde se provar que ocorreriam da mesma forma na posse do reivindicante;
 - IV. o possuidor de má-fé não responde se acidentais, pois não agiu com culpa para tais eventos;
 - V. o possuidor de boa-fé não responde se for o causador, pois exerceu sobre a coisa o poder de uso e gozo.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e V.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

34. Em tema de registros públicos,
- I. incondicionalmente, qualquer pessoa pode requerer verbalmente ou por escrito informações constantes do registro.
 - II. cabe à pessoa com interesse no ato ou fato objeto de registro, mediante apresentação do motivo e informação sobre a destinação que dará ao documento, requerer informações ou a respectiva certidão.
 - III. o oficial de registro poderá recusar a emissão de certidão caso repete o motivo escuso ou ilícito.
 - IV. têm legitimidade exclusiva para requerer a expedição de certidão as pessoas relacionadas com o ato ou fato objeto de registro, bem como seus parentes, cônjuges ou companheiros.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

35. É correto afirmar que
- (A) a prescrição e a decadência admitem renúncia.
 - (B) a renúncia ao prazo prescricional pode ser tácita ou expressa e deve ser feita por quem dela colher proveito.
 - (C) a decadência convencional deve ser conhecida de ofício pelo juiz, para o fim de estabilização dos negócios.
 - (D) os prazos prescricionais admitem dilatação ou diminuição conforme o interesse das partes.
 - (E) pode o juiz, com fundamento na equidade, abster-se do reconhecimento da decadência estabelecida por lei.

36. Considerando a oferta à venda de bem imóvel locado, estão corretas as assertivas abaixo, EXCETO:
- (A) o locatário deverá ser notificado ou cientificado de todas das condições postas para a venda.
 - (B) o locatário deverá concorrer nas mesmas condições de terceiros.
 - (C) o proprietário locador deverá ajustar sua proposta às condições apresentadas pelo locatário de modo a viabilizar-lhe o exercício do direito de preempção.
 - (D) o locatário deverá ser cientificado ou notificado das modificações das condições de venda.
 - (E) poderá o locatário ser preterido no negócio se oferecer contraposta de preço.

37. Assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) O arrendatário inadimplente que não devolver o bem pratica esbulho e sujeita-se à reintegratória.
 - (B) O arrendador, no caso de inadimplência do arrendatário, pode exigir deste o valor de pagamento das prestações vencidas e vincendas.
 - (C) O arrendatário deve ser notificado da inadimplência.
 - (D) O arrendatário deve pagar as prestações vencidas até a data da efetiva retomada do bem pelo arrendador.
 - (E) Verificando que as prestações tornaram-se excessivamente onerosas poderá o arrendatário postular judicialmente a revisão da cláusula contratual pertinente.

38. Assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Quando mais de uma pessoa se disser possuidora, será mantida na posse aquela que tiver justo título e estiver na detenção da coisa.
 - (B) É lícito o uso da força própria indispensável para a manutenção ou reintegração da posse.
 - (C) O possuidor tem direito à manutenção ou à reintegração da coisa, inclusive frente ao proprietário.
 - (D) Diante da pretensão daquele que se diz possuidor, o proprietário da coisa pode opor exceção fundada no domínio.
 - (E) Na disputa da posse fundada em domínio, a posse é daquele que dispõe de evidente título de propriedade.

39. Assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) As águas que correm naturalmente do prédio superior devem ser recebidas pelo dono ou possuidor do prédio inferior.
 - (B) O dono ou possuidor do prédio inferior deve arcar com as despesas de canalização das águas naturais.
 - (C) O dono ou possuidor do prédio inferior, ao invés de proceder à canalização das águas naturais, poderá exigir o desvio delas pelo dono ou possuidor do prédio superior.
 - (D) O dono ou possuidor do prédio com águas colhidas artificialmente que correrem para o prédio inferior deve indenizar os prejuízos que o dono deste sofrer ou, se este o exigir, proceder a obras de desvio.
 - (E) O dono ou possuidor do prédio inferior não pode realizar obras que obstem o fluxo de águas que correm naturalmente.



40. Assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Reconhecida a nulidade do contrato de mútuo destinado à aquisição de bem, extingue-se a alienação fiduciária.
 - (B) Os devedores fiduciante e pignoratício assemelham-se na transferência do domínio sobre a coisa destinada à garantia.
 - (C) No decorrer do contrato, o devedor fiduciante pode usar do bem conforme sua destinação, porém deixa de ser titular do domínio.
 - (D) A propriedade fiduciária tem por objeto coisa infungível.
 - (E) O credor fiduciário adquire o direito de propriedade resolúvel e a posse indireta do bem.
-
- Direito Processual Civil**
41. As pessoas com idade acima de 60 anos têm fixada a competência absoluta pelo seu domicílio no Estatuto do Idoso, prevalecendo, todavia, as regras de competência do Código de Processo Civil ou de outra lei especial nas ações
- (A) de responsabilidade por omissão no acesso aos serviços de saúde.
 - (B) de natureza alimentar.
 - (C) de proteção aos direitos individuais homogêneos.
 - (D) de responsabilidade pelo oferecimento insatisfatório de serviço de abrigo do idoso.
 - (E) decorrentes da negativa de atendimento especializado ao idoso portador de gripe suína.
-
42. Há amparo legal ao pedido de liminar *inaudita altera parte* em ação de despejo que tenha por fundamento exclusivo
- (A) o descumprimento de mútuo acordo celebrado por escrito e assinado pelas partes e por duas testemunhas, com prazo mínimo de 90 dias para desocupação, contado da assinatura do instrumento.
 - (B) o fim da locação residencial, se a ação for proposta em 30 dias do termo ou cumprimento de notificação comunicando a intenção de retomada.
 - (C) o término do prazo da locação para temporada, tendo sido proposta a ação de despejo em 90 dias após o vencimento do contrato.
 - (D) a permanência do sublocatário no imóvel, extinta a locação, celebrada com o locatário.
 - (E) a falta de pagamento dos acessórios da locação, independentemente de motivo, com quitação do aluguel no vencimento, quando o contrato estiver desprovido de qualquer das garantias previstas na lei, porque apresentado pedido de exoneração dela.
-
43. NÃO é cautelar típica do inventário aquela que busca
- (A) alvará judicial para alienação de imóvel do monte partível que se encontre em ruína.
 - (B) reserva do quinhão hereditário cabível ao herdeiro, que vê discutida a sua cota parte.
 - (C) reserva do quinhão do herdeiro excluído do inventário.
 - (D) sequestro de bens declarados sonogados, para fins de colação no inventário.
 - (E) reserva de bens para garantia do valor cobrado pelo credor não admitido no inventário.
-
44. A Lei nº 11.804/2008 disciplina o direito aos alimentos gravídicos. Um dos aspectos processuais tratado é o que regula o momento inicial do exercício do direito de defesa. Assim, a contestação deve ser apresentada
- (A) na audiência de instrução e julgamento, que é designada na mesma decisão que fixa os alimentos provisórios.
 - (B) no prazo de 15 dias, contados a partir da juntada do mandado.
 - (C) no prazo de 15 dias, contados a partir da audiência de conciliação, que é designada na mesma decisão que fixa os alimentos provisórios.
 - (D) no prazo de 5 dias, contados a partir da juntada do mandado.
 - (E) no prazo de 5 dias, contados a partir da audiência de conciliação designada na mesma decisão que fixa os alimentos provisórios.
-
45. Ao ser atribuído o valor da causa nas ações de execução de alimentos fixados em favor de criança, o Defensor Público deve considerar
- (A) a integralidade do débito vencido.
 - (B) uma prestação anual da pensão alimentícia fixada no título judicial.
 - (C) a soma do débito vencido e de uma prestação anual.
 - (D) a soma dos três últimos meses da pensão alimentícia vencidos no momento da distribuição da ação.
 - (E) a soma dos três últimos meses da pensão alimentícia vencidos no momento da distribuição da ação e de uma prestação anual.
-
46. A Lei nº 12.016/2009, editada para disciplinar o mandado de segurança individual e coletivo, não só consolidou a legislação esparsa, como também harmonizou alguns entendimentos dos Tribunais acerca de aspectos processuais.
- A afirmação que NÃO se coaduna com a lei vigente e doutrina dominante é:
- (A) A massa falida, ainda que destituída de personalidade jurídica, tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança.
 - (B) A autoridade coatora tem legitimidade recursal independente da legitimidade do órgão ao qual se subordina.
 - (C) Ato de agente de concessionária de serviço público para distribuição de energia elétrica que determina o corte de fornecimento por falta de pagamento das contas mensais de consumo não pode ser impugnado pela via do mandado de segurança.
 - (D) O impetrante, em sede de mandado de segurança, carece de interesse jurídico no pedido de tutela antecipada, uma vez que o direito ameaçado ou violado pode ser assegurado por medida liminar.
 - (E) Da decisão que suspende a execução da liminar ou da segurança cabe agravo interno.



47. Cada vez mais o direito brasileiro valoriza seus precedentes jurisprudenciais, a exemplo das várias reformas ao Código de Processo Civil, dentre as quais aquela que reintroduziu no elenco dos recursos cabíveis os embargos de divergência, visando à uniformização das decisões, homenageando a segurança jurídica e a igualdade dos jurisdicionados.

Considerando as restrições normativas e da jurisprudência firmada a respeito dessa modalidade recursal, é correto afirmar:

- (A) É admissível o recurso de embargos de divergência para discutir o valor de indenização por danos morais.
- (B) Não cabem embargos de divergência se o acórdão, proferido em agravo regimental, conheceu do recurso especial e lhe deu provimento.
- (C) Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.
- (D) São cabíveis os embargos de divergência da decisão monocrática proferida pelo relator do recurso especial que nega ou dá provimento a este recurso nas hipóteses do art. 557, *caput*, e § 1º-A do CPC, divergindo do julgamento de outra turma do STJ.
- (E) O relator dos embargos de divergência contra decisão de Turma do STJ não pode indeferir liminarmente o recurso no caso de falta de comprovação da divergência jurisprudencial.

48. Têm força de título executivo extrajudicial, por disposição expressa de lei ou enunciado de súmula do STJ, os documentos abaixo, EXCETO:

- (A) contrato de abertura de crédito.
- (B) boleto bancário de despesa condominial originada em contrato verbal de locação, para execução pelo locador.
- (C) contrato de honorários advocatícios, sem assinatura de duas testemunhas.
- (D) instrumento de confissão de dívida assinado por duas testemunhas.
- (E) instrumento de transação referendado pela Defensoria Pública sem assinatura de duas testemunhas.

Direitos Difusos e Coletivos

49. O boletim Brasil-Transgênicos, nº 477, de 12.02.2010, da AS-PTA (Associação pela Agricultura Familiar e Agroecologia) e o portal www.fetecsp.org.br, em 11.02.2010, publicaram a seguinte nota: *“O Ministro Sérgio Rezende referendou o nome de Edilson Paiva para presidir a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio durante os próximos dois anos. Paiva é tão defensor dos alimentos transgênicos que tempos atrás disse aos jornais que uma das vantagens da soja da Monsanto é que as pessoas podem até beber o veneno nela aplicado que não irão morrer. Ele também é contra a rotulagem de transgênicos nas embalagens dos produtos e considera que o princípio da prevenção é na verdade um princípio da obstrução.”*

No âmbito do sistema tutelar do consumidor, as declarações do novo presidente da CTNBio ferem qual direito básico dos consumidores?

- (A) Presunção de vulnerabilidade do consumidor.
- (B) Proteção contra os riscos e informações claras sobre os produtos.
- (C) Direito de acesso aos órgãos administrativos e judiciais.
- (D) Proteção contra publicidade enganosa.
- (E) Direito à segurança e ampla defesa.

50. Uma grande plantação de soja transgênica é pulverizada, sistematicamente, com herbicida, à base de glifosato, através de aviões pulverizadores. Dispersos no ar, os elementos químicos do agrotóxico atingem fonte d'água que abastece um vilarejo rural, localizado a 5 km, contaminando inúmeras pessoas que ali residem, causando vômitos, convulsões, desmaios, perda de visão, incapacidade laborativa, mortandade de plantas e animais, dentre outros eventos.

A Defensoria Pública ajuíza, em prol dos moradores pobres do lugar, ação civil pública, visando indenização pelos danos resultantes, sustentando a demanda em dispositivos encontrados no sistema tutelar dos direitos dos consumidores. O juiz, para o qual a ação fora distribuída, indefere a inicial, alegando a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor por não caracterização das vítimas como consumidores.

Essa decisão está

- (A) correta, posto que a responsabilidade, no caso, é regida pelo sistema de proteção ambiental.
- (B) correta, posto que a responsabilidade, no caso, é regida pelos dispositivos civilistas que regem a culpa subjetiva.
- (C) incorreta, pois sejam quais forem os sistemas, a responsabilidade, no caso, é sempre subjetiva.
- (D) incorreta, pois há caracterização das vítimas como consumidores por interferência direta na relação de consumo.
- (E) incorreta, pois há caracterização das vítimas como consumidores por equiparação.

51. Um Defensor Público da Defensoria Regional de Presidente Prudente ajuíza, na capital do Estado, ação civil pública em face do Estado de São Paulo, visando a supressão de “lista de espera” de centenas de pessoas com deficiência que, há 10 anos, aguardam, em lista do SUS, distribuição de cadeiras de rodas, próteses e órteses, veiculando pleito de imediato fornecimento desses equipamentos de inclusão social.

As pessoas, que há anos esperam o fornecimento administrativo desses equipamentos, estão espalhadas por 30 cidades que integram a referida regional.

Sob o aspecto da competência, o ajuizamento dessa ação civil pública está

- (A) correto em vista do âmbito regional dos danos.
- (B) correto, pois é na capital o foro de domicílio do ente demandado.
- (C) incorreto, pois a ação coletiva deveria ter sido distribuída na comarca sede da Defensoria Regional.
- (D) incorreto, pois deveriam ser ajuizadas uma ação civil pública em cada cidade da região.
- (E) correto, posto tratar-se de competências concorrentes.



52. Uma comunidade carente, vitimada pela perda de suas moradias e mobiliários por força de enchentes sucessivas em seu bairro, caracteriza, para fins de tutela metaindividual, qual categoria de direitos?
- (A) Direitos transindividuais, de natureza indivisível, com titulares de direitos determinados, ligados com a parte contrária por circunstância de fato.
 - (B) Direitos transindividuais, de natureza indivisível, com titulares indetermináveis, ligadas por circunstância de fato.
 - (C) Direitos coletivos, com titulares indetermináveis, ligados entre si por relação jurídica base.
 - (D) Direitos individuais homogêneos, com titulares determinados, ligados entre si por relação jurídica base.
 - (E) Direitos individuais homogêneos, com titulares determinados, ligados entre si por circunstância de fato.

53. Preceitua o item 15 da Declaração do Rio de Janeiro Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92): "Para que o ambiente seja protegido, será aplicada pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes em termos de custo para evitar a degradação ambiental". Esse texto traz em si a gênese do princípio, em matéria ambiental,

- (A) do desenvolvimento sustentável.
- (B) da precaução.
- (C) da tutela estatal.
- (D) da incerteza científica.
- (E) da inevitabilidade ambiental.

54. Das categorias de unidades de conservação abaixo, NÃO se caracteriza como Unidade de Proteção Integral:

- (A) Área de Proteção Ambiental (APA).
- (B) Estação Ecológica.
- (C) Reserva Biológica.
- (D) Parque Nacional.
- (E) Refúgio da Vida Silvestre.

55. Das atividades econômicas abaixo, NÃO está sujeito a prévio Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) o projeto de

- (A) exploração econômica de madeira em área acima de 100 hectares.
- (B) barragem hidrelétrica com potencial de 9mW.
- (C) estradas de rodagem com duas faixas de rolamento.
- (D) portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos.
- (E) ferrovias.

56. Sobre a ação de usucapião especial coletiva, é correto afirmar:

- (A) É cabível sobre áreas rurais com mais de 250 m², desde que indivisíveis.
- (B) Só é cabível sobre imóvel urbano passível de individualização de cada lote.
- (C) É cabível sobre área urbana com mais de 250 m².
- (D) É cabível sobre área urbana com menos de 250 m².
- (E) Os ocupantes da área não precisam se caracterizar como de baixa renda.

Direito da Criança e do Adolescente

57. Dentre as diretrizes da política de atendimento expressamente indicadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 88) temos a

- (A) municipalização das políticas sociais básicas e das políticas e programas de assistência social.
- (B) integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública, Conselho Tutelar e Assistência Social para efeito agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.
- (C) criação de conselhos tutelares em âmbito municipal, estadual e federal.
- (D) criação de programas federais de acolhimento institucional que observem rigorosa separação por faixa etária.
- (E) manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

58. Prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente medida

- (A) socioeducativa de internação provisória destinada a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.
- (B) protetiva de inclusão em tratamento médico em regime hospitalar para criança em situação de violação ou ameaça de violação de direitos.
- (C) de cassação do registro para entidades governamentais que desenvolvam programas de internação e descumpram obrigação prevista na lei.
- (D) de perda da guarda dentre aquelas pertinentes aos pais ou responsável.
- (E) de advertência para conselheiro tutelar que incorrer em abuso ou omissão no cumprimento de suas atribuições.

59. Adolescente de 16 anos é apreendido em flagrante pela prática de homicídio. Segundo dispõe a lei vigente, se

- (A) restar comprovada autoria e materialidade do ato, a ele deverá ser aplicada medida socioeducativa de internação pelo prazo máximo de 3 anos.
- (B) receber medida de internação, ela deverá durar no mínimo seis meses.
- (C) for primário e com bons antecedentes, o adolescente deverá receber medida socioeducativa em meio aberto.
- (D) a vítima for Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, a aplicação da medida cabível fica a cargo da Justiça Penal Militar.
- (E) ficar demonstrado que o adolescente é portador de doença ou deficiência mental, ele receberá tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.



60. Adolescentes são flagrados, às 23h30m, consumindo bebida alcoólica num bar. Situações desse tipo,
- (A) por infração à regra que proíbe o consumo de bebida alcoólica por menor de 18 anos, permitem a imediata apreensão dos adolescentes pelo Conselho Tutelar e sua entrega aos pais ou responsáveis mediante termo.
- (B) com sanções que vão de multa a perda do cargo, ensejam eventual responsabilização dos conselheiros tutelares da região, por negligenciarem o cumprimento de sua obrigação legal de fiscalizar estabelecimentos frequentados por adolescentes.
- (C) segundo jurisprudência dominante do STJ, não sujeitam os donos e/ou funcionários do estabelecimento ao crime do art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (*vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida*) os quais podem ser processados, contudo, pela prática da contravenção penal de servir bebida alcoólica a menores de 18 anos (art. 63 da Lei das Contravenções Penais).
- (D) nos termos da lei, podem e devem ser coibidas por meio da edição de portaria expedida do juiz da infância e juventude a quem cabe regular a entrada e permanência de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável em qualquer estabelecimento que comercialize bebida alcoólica após determinado horário.
- (E) segundo lei federal vigente, sujeitam o responsável pelo estabelecimento à cassação da licença para comércio de bebidas alcoólicas pelo prazo de um ano.
-
61. Segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando uma criança pratica ato infracional,
- (A) é vedada a lavratura de boletim de ocorrência, devendo a vítima – se quiser – registrar o fato junto ao Conselho Tutelar.
- (B) tratando-se de flagrante, deve ser encaminhada imediatamente, ou no primeiro dia útil seguinte, à presença da autoridade judiciária.
- (C) ela não está sujeita a medida de qualquer natureza, uma vez que crianças não praticam ato infracional.
- (D) deve o Conselho Tutelar representar à autoridade judiciária para fins de aplicação de quaisquer das medidas pertinentes aos pais ou responsável.
- (E) fica sujeita à aplicação de medidas específicas de proteção de direitos pelo Conselho Tutelar ou Poder Judiciário, conforme o caso.
-
62. As medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, dentro da atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estão alocadas no ou articuladas com o Centro de Referência
- (A) de Assistência Social (CRAS) como serviço de proteção social básica.
- (B) Especializado de Assistência Social (CREAS) como serviço de proteção social básica.
- (C) de Assistência Social (CRAS) como serviço de proteção social de baixa complexidade.
- (D) Especializado de Assistência Social (CREAS) como serviço de proteção social especial de média complexidade.
- (E) de Assistência Social (CRAS) como serviço de proteção social de alta complexidade.
-
63. Prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando inclusive suas recentes alterações, como regra geral, o prazo máximo de
- (A) 30 dias para o ajuizamento de ação de destituição de poder familiar após o deferimento cautelar, pelo juiz, do afastamento de criança e adolescente do convívio familiar.
- (B) 6 meses para a reavaliação da situação de criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional.
- (C) 3 anos para permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional.
- (D) 4 anos para reavaliação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos programas de proteção, em execução, destinados a crianças e adolescentes.
- (E) 120 dias para o relator colocar em mesa para julgamento, contado de sua conclusão, os recursos nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar.
-
64. A Lei nº 12.010/09, conhecida como Lei Nacional de Adoção,
- (A) trouxe modificações essenciais nos princípios que regiam, segundo a redação original do Estatuto da Criança e do Adolescente, o instituto da adoção em nosso país.
- (B) ampliou as possibilidades de adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei.
- (C) introduziu no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente o conceito de família extensa ou ampliada.
- (D) impôs a criação e implementação de um único cadastro de pessoas ou casais, nacionais ou estrangeiros, habilitados à adoção.
- (E) desjudicializou o controle do acolhimento institucional de crianças e adolescentes.
-
- Direitos Humanos**
65. A Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009, ao introduzir alterações na Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, estabeleceu como função institucional da Defensoria Pública, “representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos”.
- Considere os seguintes órgãos do sistema das Nações Unidas:
- I. Comitê de Direitos Humanos.
- II. Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais.
- III. Comitê sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.
- IV. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Tendo em conta os instrumentos internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil e seus respectivos mecanismos de monitoramento, os órgãos que admitem o processamento de comunicação individual formulada contra o Brasil são
- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I, III, e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.



66. O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III), fruto de intenso debate público, especialmente durante a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, restou aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Mesmo assim, alguns aspectos causaram grande repercussão, gerando alterações no texto original por parte da Presidência da República, nos termos do Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010.

Qual dos itens abaixo NÃO sofreu alteração?

- (A) DIRETRIZ 9 – Combate às desigualdades estruturais. OBJETIVO ESTRATÉGICO III – Garantia dos direitos das mulheres para o estabelecimento das condições necessárias para sua plena cidadania.
- (B) DIRETRIZ 22 – Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em direitos humanos. OBJETIVO ESTRATÉGICO I – Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos.
- (C) DIRETRIZ 13 – Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos. OBJETIVO ESTRATÉGICO I – Ampliação do controle de armas de fogo em circulação no país.
- (D) DIRETRIZ 24 – Preservação da memória histórica e construção pública da verdade. OBJETIVO ESTRATÉGICO I – Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários.
- (E) DIRETRIZ 25 – Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia. OBJETIVO ESTRATÉGICO I – Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.

67. Foi aprovada pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a instalação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e de internação de adolescentes, para viabilizar o voto de presos provisórios e de jovens em medida socioeducativa de internação, no pleito a se realizar no segundo semestre de 2010.

A respeito do tema e tendo em conta o teor dos tratados de Direito Internacional dos Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, é correto afirmar:

- (A) A Convenção dos Direitos da Criança prevê que os direitos políticos de menores de dezoito anos poderão ser limitados em razão de condenação em processo criminal.
- (B) A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante o direito a toda pessoa de tomar parte no governo de seu país por intermédio de representantes eleitos.
- (C) A Convenção Americana de Direitos Humanos não dispõe expressamente sobre o tema do voto de quem tenha sofrido condenação em processo criminal.
- (D) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê que os direitos políticos dos condenados criminalmente poderão ser restringidos, desde que de maneira fundada.
- (E) O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais proíbe a discriminação de pessoas quanto ao direito ao voto, aí incluídos os condenados criminalmente.

68. Recentemente o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, em que se requeria declaração daquela Corte no sentido de reconhecer que a anistia concedida pela Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos crimes políticos ou conexos, não se estende aos crimes comuns praticados pelos “agentes da repressão contra opositores políticos, durante o regime militar (1964/1985).”

A respeito das chamadas “leis de autoanistia”, a Corte Interamericana de Direitos Humanos já se posicionou diversas vezes. A partir da jurisprudência deste tribunal é correto afirmar:

- (A) Por se tratar de um tribunal de natureza civil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos não pode determinar que um Estado-parte leve a juízo criminal agentes públicos que supostamente cometeram crimes de lesa humanidade.
- (B) O fato de a prática do desaparecimento forçado de opositores políticos ser anterior à ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos pelo país impede a apreciação do caso perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) Os agentes estatais que tenham praticado atos de tortura em período não democrático, objeto de lei de anistia, não podem mais ser processados ante a irretroatividade de lei penal mais severa.
- (D) O fato de um Estado-parte ser signatário das Convenções de Genebra sobre Direito Internacional Humanitário não serve de fundamentação para sua condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois há plena separação entre aquele sistema de normas e as que compõem o Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- (E) O Estado-parte na Convenção Americana de Direitos Humanos tem o dever de punir os responsáveis por crimes de lesa humanidade, não podendo aventar a prescrição criminal para deixar de fazê-lo, mesmo que os fatos tenham ocorrido há mais de vinte anos.

69. Uma das atividades precípua dos Defensores Públicos diz respeito aos direitos das pessoas privadas de liberdade. A respeito do tema, assinale a alternativa correta, conforme as previsões dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil.

- (A) A Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes não admite a aplicação de pena de trabalhos forçados.
- (B) A Convenção sobre os Direitos da Criança admite que menor de dezoito anos seja mantido preso em companhia de adultos, se tal fato for compatível com os melhores interesses da criança.
- (C) A Convenção Americana de Direitos Humanos admite que os indivíduos privados de liberdade, em cumprimento de sentença, possam ser postos à disposição de pessoas jurídicas de caráter privado, para a execução dos serviços normalmente exigidos na prisão.
- (D) A Convenção Americana de Direitos Humanos estabelece o direito da pessoa privada de liberdade dispor de cela individual.
- (E) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos estabelece que somente os crimes de maior gravidade sejam apenados com pena privativa de liberdade.



70. Tendo em conta a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, em relação à incorporação ao direito interno e à respectiva posição hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, é correto afirmar:

- (A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que vierem a ser aprovados por três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional terão força de emendas constitucionais.
- (B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil previamente à edição da Emenda Constitucional nº 45 deixaram de integrar o direito interno.
- (C) O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência entendendo que os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil nos termos da Emenda Constitucional nº 45 possuem natureza supralegal e infraconstitucional.
- (D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que haviam sido aprovados pelo Congresso Nacional previamente à edição da Emenda Constitucional nº 45 foram equiparados às emendas constitucionais.
- (E) O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência entendendo que os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil previamente à edição da Emenda Constitucional nº 45 possuem natureza materialmente constitucional.

71. Qual dos tratados internacionais de direitos humanos abaixo prevê o dever para os Estados de promover a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente?

- (A) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.
- (B) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- (C) Convenção sobre os Direitos da Criança.
- (D) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.
- (E) Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

72. Considere as seguintes afirmações:

- I. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, criado a partir de recomendação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, tem por função coordenar as atividades desenvolvidas pelos demais órgãos da ONU a respeito do tema.
- II. O Comitê de Direitos Humanos, criado pela Carta das Nações Unidas, tem por função produzir relatórios sobre a situação dos direitos humanos nos países integrantes da ONU.
- III. A Comissão de Direitos Humanos, recentemente extinta, foi responsável pela redação dos principais tratados de direitos humanos das Nações Unidas e por desenvolver o sistema de "relatores especiais".
- IV. O Conselho de Direitos Humanos, criado pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, tem por função receber denúncias de violação dos direitos previstos naquele instrumento das Nações Unidas.

Estão corretas SOMENTE as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública do Estado

73. A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, após receber queixas de usuários reclamando da dificuldade de identificação do responsável pelo atendimento, resolve formular sugestão de procedimento interno de caráter vinculativo. Apreciar e decidir o pedido é de competência

- (A) da Coordenação da Regional da Defensoria Pública onde o fato ocorreu, que deverá editar ato de observância obrigatória pelos Defensores nela classificados.
- (B) do Defensor Público-Geral, a quem compete zelar pelo respeito aos direitos dos necessitados.
- (C) da Escola da Defensoria Pública, a quem compete a fixação de parâmetros mínimos de qualidade para atuação dos Defensores Públicos.
- (D) da Corregedoria Geral da Defensoria Pública, que deve realizar a fiscalização da regularidade do serviço.
- (E) do Conselho Superior da Defensoria Pública, a quem compete, ouvida a Escola da Defensoria Pública, a fixação de rotinas para atuação dos Defensores Públicos.

74. Quanto à organização da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- (A) A Escola da Defensoria Pública é órgão da administração superior, sem assento no Conselho Superior.
- (B) Os Subdefensores Gerais, vinculados à administração superior, são membros natos do Conselho Superior.
- (C) Os Núcleos Especializados, ao lado dos Defensores Públicos, são órgãos de execução e possuem representante eleito no Conselho Superior.
- (D) Os Centros de Atendimento Multidisciplinar são coordenados por Defensor Público designado e possuem representante eleito no Conselho Superior.
- (E) A Corregedoria Geral é órgão da administração superior, sem direito a voto no Conselho Superior.

75. Consoante prevê a Lei Complementar Estadual nº 988, de 09 de janeiro de 2006, a observância do plano anual de atuação, aprovado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado após a realização de conferências regionais e estadual com ampla participação popular, constitui

- (A) princípio institucional da Defensoria Pública.
- (B) dever dos membros da Defensoria Pública.
- (C) faculdade dos membros da Defensoria Pública, sujeita à análise da conveniência e oportunidade.
- (D) prerrogativa dos membros da Defensoria Pública.
- (E) atribuição institucional da Defensoria Pública.

76. O artigo 134 da Constituição Federal de 1988 erigiu a Defensoria Pública à condição de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência de desempenhar a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, quando de sua promulgação, significou

- (A) importante avanço em relação à ordem constitucional anterior, que vinculava as Defensorias Públicas às Procuradorias Estaduais.
- (B) retrocesso em relação ao texto constitucional anterior, que não vinculava a Defensoria Pública ao Poder Judiciário.
- (C) relevante conquista da cidadania, universalizando o direito de acesso gratuito ao Poder Judiciário.
- (D) o estabelecimento de um inédito dever estatal, de prestação de assistência jurídica integral e gratuita.
- (E) a conquista de autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas Estaduais.



<p>77. Entre as inovações advindas da reforma da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública, promovida pela Lei Complementar Federal nº 132, de 07 de outubro de 2009, destaca-se:</p> <p>(A) Assegurou ao assistido da Defensoria Pública o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.</p> <p>(B) Previu a participação no Conselho Superior do presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da carreira, com direito a voto.</p> <p>(C) Instituiu a Ouvidoria Geral no âmbito das Defensorias Públicas Estaduais, da União e do Distrito Federal.</p> <p>(D) Garantiu a composição paritária do Conselho Superior, entre membros natos e eleitos.</p> <p>(E) Assegurou maior autonomia à Corregedoria Geral da Defensoria Pública Estadual ao prever a nomeação do Corregedor Geral pelo Governador do Estado.</p>	<p style="text-align: center;">Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica</p> <p>81. Em sua teoria da norma jurídica, Norberto Bobbio distingue as sanções jurídicas das sanções morais e sociais. Segundo esta distinção, a sanção jurídica, diferentemente da sanção moral, é sempre uma resposta de grupo e, diferentemente da sanção social, a sanção jurídica é regulada em geral com as mesmas formas e através das mesmas fontes de produção das regras primárias. Para o autor, tal distinção oferece um critério para distinguir, por sua vez, as normas jurídicas das normas morais e das normas sociais. Considerando-se este critério, pode-se afirmar que são normas jurídicas as normas cuja execução é garantida por uma sanção</p> <p>(A) <i>externa e institucionalizada.</i></p> <p>(B) <i>interna e não-institucionalizada.</i></p> <p>(C) <i>interna e institucionalizada.</i></p> <p>(D) <i>externa e não-institucionalizada.</i></p> <p>(E) <i>interna e informal.</i></p>
<p>78. O afastamento de Defensor Público, sem prejuízo da retribuição pecuniária, está subordinado à</p> <p>(A) autorização do Conselho Superior, quando destinado ao exercício de cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(B) autorização do Conselho Superior, quando destinado ao exercício de mandato em entidade de classe de Defensor Público.</p> <p>(C) autorização do Defensor Público-Geral, quando destinado à participação do interessado em certame científico de interesse da instituição.</p> <p>(D) confirmação do interessado em seu estágio probatório, quando destinado a concorrer a mandato eletivo.</p> <p>(E) duração inferior a um ano, quando destinado ao estudo no exterior em matéria de interesse da instituição.</p>	<p>82. Em sua Teoria Pura do Direito, Hans Kelsen concebe o Direito como uma "técnica social específica". Segundo o filósofo, na obra <i>O que é justiça?</i>, "esta técnica é caracterizada pelo fato de que a ordem social designada como 'Direito' tenta ocasionar certa conduta dos homens, considerada pelo legislador como desejável, provendo atos coercitivos como sanções no caso da conduta oposta". Tal concepção corresponde à definição kelseniana do Direito como</p> <p>(A) uma positivação da justiça natural.</p> <p>(B) uma ordem estatal facultativa.</p> <p>(C) uma ordem axiológica que vincula a interioridade.</p> <p>(D) um veículo de transformação social.</p> <p>(E) uma ordem coercitiva.</p>
<p>79. Entre os objetivos e fundamentos de atuação da Defensoria Pública, previstos na legislação federal e estadual, encontra-se</p> <p>(A) a garantia do desenvolvimento nacional.</p> <p>(B) a afirmação dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.</p> <p>(C) a judicialização dos conflitos.</p> <p>(D) a primazia da dignidade da pessoa humana.</p> <p>(E) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.</p>	<p>83. No ensaio "A Política como vocação", Max Weber realiza uma caracterização de três tipos de dominação legítima, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">- A dominação que repousa sobre a "autoridade do 'passado eterno', isto é, dos costumes santificados pela validade imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los".- A dominação que se funda em "dons pessoais e extraordinários de um indivíduo", na "devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe".- A dominação que se impõe "em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma 'competência' positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas". <p>Estes modos de dominação correspondem, respectivamente, ao que Weber entende por dominação</p> <p>(A) legal, tradicional e carismática.</p> <p>(B) carismática, tradicional e legal.</p> <p>(C) tradicional, carismática e legal.</p> <p>(D) carismática, legal e tradicional.</p> <p>(E) tradicional, legal e carismática.</p>
<p>80. De acordo com a legislação vigente, são reflexos da autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública do Estado a possibilidade de</p> <p>(A) abrir concursos públicos, prover seus cargos e elaborar suas folhas de pagamento.</p> <p>(B) abrir concursos públicos e ampliar seus cargos.</p> <p>(C) praticar atos próprios de gestão, submetendo-os à fiscalização do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) compor os seus órgãos de administração superior e de atuação, definindo a respectiva retribuição pecuniária.</p> <p>(E) elaboração da própria proposta orçamentária, encaminhando-a ao Poder Legislativo Estadual.</p>	<p>84. Ao comentar a doutrina aristotélica da justiça, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra <i>Estudos de Filosofia do Direito</i>, indica aquele que seria o "preceito básico do direito justo, pois só por meio dele a justiça se revelaria em sua atualidade plena". Este preceito, que também pode ser definido como "uma feliz retificação do justo estritamente legal" ou ainda "o justo na concretude", é denominado</p> <p>(A) liberdade.</p> <p>(B) dignidade.</p> <p>(C) vontade.</p> <p>(D) equidade.</p> <p>(E) piedade.</p>



85. *“Esse princípio tem, nas regras de Direito, uma função análoga a que tem o princípio da causalidade nas leis naturais por meio das quais a ciência natural descreve a natureza. Uma regra de direito, por exemplo, é a afirmação de que, se um homem cometeu um crime, uma punição deve ser infligida a ele, ou a afirmação de que, se um homem não paga uma dívida contraída por ele, uma execução civil deve ser dirigida contra sua propriedade. Formulando de um modo mais geral: se um delito for cometido, uma sanção deve ser executada”.*

No trecho reproduzido acima, em sua obra *O que é justiça?*, Hans Kelsen refere-se ao princípio

- (A) da eficácia.
- (B) da imputação.
- (C) do monismo metodológico.
- (D) da imperatividade do direito.
- (E) da validade.

86. Em sua teoria do ordenamento jurídico, Norberto Bobbio estuda os aspectos da unidade, da coerência e da completude do ordenamento. Relativamente ao aspecto da coerência do ordenamento jurídico, “a situação de normas incompatíveis entre si” refere-se ao problema

- (A) das lacunas.
- (B) da incompletude.
- (C) das antinomias.
- (D) da analogia.
- (E) do espaço jurídico vazio.

87. *“Na fase madura de seu pensamento, a substituição da lei pela convicção comum do povo (Volksgeist) como fonte originária do direito relega a segundo plano a sistemática lógico-dedutiva, sobrepondo-lhe a sensação (Empfindung) e a intuição (Anschauung) imediatas. Savigny enfatiza o relacionamento primário da intuição do jurídico não à regra genérica e abstrata, mas aos ‘institutos de direito’ (Rechtsinstitute), que expressam ‘relações vitais’ (Lebensverhältnisse) típicas e concretas”.*

Esta caracterização, realizada por Tercio Sampaio Ferraz Júnior, em sua obra *A Ciência do Direito*, corresponde a aspectos essenciais da seguinte escola filosófico-jurídica:

- (A) Historicismo Jurídico.
- (B) Realismo Jurídico.
- (C) Normativismo.
- (D) Positivismo jurídico.
- (E) Jusnaturalismo.

88. *“A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições em que vivemos. Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia o mundo. Para nós não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é a significação essencial da intelectualização”.*

No trecho citado acima, retirado do ensaio “A Ciência como vocação”, Max Weber caracteriza aquilo que entende ser um processo “realizado ao longo dos milênios da civilização ocidental”, do qual a ciência participa como “elemento e motor”. Weber denomina este processo

- (A) sistematização.
- (B) desencantamento.
- (C) tecnocracia.
- (D) descrença.
- (E) democratização.